



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 11.669 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 797 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No exercício, o lucro líquido foi de R\$ 870,2 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 9.861 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO	
2016	2015	2016	2015
ATIVO		CIRCULANTE	
CIRCULANTE	23.121.089	DEPÓSITOS (Nota 14a)	15.116.977
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	99	Depósitos Interfinanceiros	14.174.222
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	8.672.296	Depósitos à Vista	14.174.222
Aplicações no Mercado Aberto	70.870		55
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.601.426	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	98.626
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	90.997	Recursos em Trânsito de Terceiros	98.626
Carteira Própria	18.800	Outras Obrigações	844.129
Vinculados à Prestação de Garantias	80.197	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.917
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.865	Sociais e Estatutárias	-
Créditos Vinculados (Nota 7)	16.811	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	65.146
Correspondentes	54	Diversas (Nota 16b)	767.013
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	13.061.096		
Operações de Crédito - Setor Privado	13.758.715	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(697.619)	DEPÓSITOS (Nota 14a)	19.889.942
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(2.836)	Depósitos Interfinanceiros	18.529.791
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.001	Depósitos Interfinanceiros	18.529.791
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(14.849)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.360.151
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(2.388)	Diversas (Nota 16b)	1.360.151
OUTROS CRÉDITOS	1.013.560		249.594
Rendas a Receber	83		
Diversos (Nota 9)	1.013.477	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	269.012	Receitas de Exercícios Futuros	325.471
Outros Valores e Bens	189.098		387.128
Provisões para Desvalorizações	(100.434)		
Despesas Antecipadas	191.924	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21.400.243	Capital:	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.015.090	- De Domiciliados no País	7.010.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.015.090	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.850.750
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	42.218		
Carteira Própria	218		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.192.310		
Operações de Crédito - Setor Privado	15.778.767		
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(368.137)		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(965)		
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	8.117		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.286)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.387)		
OUTROS CRÉDITOS	4.951.239		
Diversos (Nota 9)	4.951.239		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	242.321		
Despesas Antecipadas	242.351		
PERMANENTE	671.808		
INVESTIMENTOS (Nota 11)	349.898		
Participações em Coligadas e Controladas:			
- No País	346.338		
- No Exterior	403		
Outros Investimentos	12.769		
Provisões para Perdas	(9.612)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	16.533		
Outras Imobilizações de Uso	25.384		
Depreciações Acumuladas	(8.851)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	262.412		
Bens Arrendados	315.970		
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(53.558)		
INTANGÍVEL (Nota 13)	42.865		
Ativos Intangíveis	100.327		
Amortizações Acumuladas	(57.362)		
TOTAL	45.193.140	TOTAL	45.193.140

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	2016	2015			Legal	Estatutária			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.390.178	8.924.865	9.997.927	7.010.000	687.777	2.162.973	-	-	9.860.750
Operações de Crédito (Nota 8h)	3.498.428	7.088.354	7.597.947	-	-	-	-	581.822	581.822
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8b)	117.956	1.479.547	1.770.926	-	29.091	(104.529)	-	75.438	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	729.735	1.479.647	1.770.926	-	-	-	-	(660.000)	(660.000)
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	44.059	104.940	110.164	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.715.899	5.526.964	5.638.770						
Operações de Captação no Mercado (Nota 14b)	2.208.087	4.543.783	4.468.569	-	-	-	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	105.293	222.374	450.219	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8i)	404.519	760.807	719.983	-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.674.279	3.397.901	4.359.157						
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.069.291	(2.189.164)	(2.189.164)						
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	100.092	182.068	177.097	-	-	-	-	2.740	2.740
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(161.760)	(292.993)	(305.050)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(314.228)	(587.565)	(607.566)	-	-	-	-	-	-
Despesas Tributárias (Nota 21)	(104.179)	(208.940)	(286.500)	-	-	-	-	-	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(28.055)	(47.400)	(33.304)	-	-	-	-	1.418.070	1.418.070
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	239.965	454.735	420.575	-	70.904	128.166	-	(199.070)	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(801.088)	(1.058.974)	(1.129.974)	-	-	-	-	(800.000)	(800.000)
RESULTADO OPERACIONAL	605.028	1.208.737	1.555.312						
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(34.866)	(80.723)	(102.892)						
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	570.162	1.128.014	1.452.420						
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	11.660	(27.765)	(34.350)						
Provisão para Imposto de Renda	207.514	(42.129)	(166.397)	-	-	-	-	229	229
Provisão para Contribuição Social	162.466	(33.612)	(126.763)	-	-	-	-	870.249	870.249
Ativo Fiscal Diferido	(358.320)	(182.024)	(258.810)	-	43.512	166.737	-	(210.249)	-
LUCRO LÍQUIDO	581.822	970.079	1.418.070						
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730,835	24.730,835	24.730,835	-	-	-	-	(660.000)	(660.000)
Lucro por lote de mil ações em R\$	23,53	35,19	57,34	-	-	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
1) CONTEXTO OPERACIONAL			
O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de arrendamento mercantil, de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.			
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a) mensuração das perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil com base no método linear; b) reconhecimento de instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.			
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.			
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
a) Moeda funcional e de apresentação			
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.			
b) Ajuste do resultado			
O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações cujo custo é calculado com base no método linear.			
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.			
As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/04, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.			
c) Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.			
d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.			
e) Títulos e valores mobiliários			
<ul style="list-style-type: none"> Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são sendo reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria. 			
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.			
f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa			
As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.892/99 do CMN, que regulou o nível de risco em nove níveis, sendo do "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:			
Período de atraso (1)			
• de 15 a 30 dias			Classificação do cliente
• de 31 a 60 dias			B
• de 61 a 90 dias			C
• de 91 a 120 dias			D
• de 121 a 150 dias			E
• de 151 a 180 dias			F
superior a 180 dias			G
			H
(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.892/99 do CMN.			
A atualização (<i>accrual</i>) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.			
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.			
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.			
A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos níveis de risco de crédito.			
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/04, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:			
I - Arrendamentos a receber			
Apresentar o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.			
II - Rendas a receber de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)			
Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a receber de arrendamento mercantil e Valor residual a balançar, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.			
III - Imobilizado de arrendamento			
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para a definição, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.			
IV - Perdas em arrendamentos			
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento. (Nota 8)			
V - Superveniência (insuficiência) de depreciação			
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumários nos itens IV acima citados são práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/09, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrando-se uma receita ou despesa no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas de contribuição social e de depreciação é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando dos bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

Em 2015 o Bradesco Financiamentos optou pela facultade prevista na Circular BACEN nº 3.738/14, para ativação das com

continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução do valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	21	563
Aplicações em curso	78	97
Total de disponibilidades (caixa)	99	660
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	165.873	348.550
Total caixa e equivalentes de caixa	165.972	349.200

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Total			
	2016	2015		
1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Aplicações no mercado aberto:				
Posição Bancada				
- Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	348.550
- Letras do Tesouro Nacional	70.870	-	-	70.870
Aplicações em depósitos interfinanceiros	112.990	1.078.192	7.410.244	9.616.516
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	112.990	1.078.192	7.410.244	9.616.516
Total em 2016	183.860	1.078.192	7.410.244	9.687.386
%	1,9	11,1	78,5	10,5
Total em 2015	354.711	22.137	8.650.603	9.027.460
%	3,9	0,3	95,8	10,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	42.428	27.088
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.426.135	1.734.262
Total (Nota 6e)	1.468.563	1.761.350

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						Total			
							2016		2015	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	%	(A)	%
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados	491.422	478.380	447.944	1.294.363	2.275.562	8.504.004	13.491.675	49,9	14.909.296	49,3
Financiamentos	786.475	741.297	680.152	1.918.057	3.180.020	6.207.820	13.513.821	49,9	15.239.006	50,4
Subtotal	1.277.897	1.219.677	1.128.096	3.212.420	5.455.582	14.711.824	27.005.496	100,0	30.148.302	99,7
Operações de arrendamento mercantil	3.980	3.510	3.165	8.819	15.379	25.362	60.215	0,2	87.116	0,3
Total das operações de crédito	1.281.877	1.223.187	1.131.261	3.221.239	5.470.961	14.737.186	27.065.711	100,0	30.235.418	100,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	2.653	2.653	-	2.492	-
Total em 2016	1.281.877	1.223.187	1.131.261	3.221.239	5.470.961	14.739.839	27.068.364	100,0	30.237.910	100,0
Total em 2015	1.401.183	1.351.699	1.318.857	3.628.238	6.139.028	16.398.905	27.068.364	100,0	30.237.910	100,0

	Parcelas vencidas					Total			
						2016		2015	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	%	(B)	%
Operações de crédito									
Empréstimos e títulos descontados	21.604	17.716	12.818	26.457	18.907	97.002	22,4	103.759	22,2
Financiamentos	90.285	71.006	42.827	46.636	36.388	335.142	77,2	361.338	77,2
Subtotal	111.889	88.722	55.645	73.093	55.295	432.144	99,6	465.097	99,4
Operações de arrendamento mercantil	558	426	219	333	233	1.769	0,4	3.018	0,6
Subtotal	112.447	89.148	55.864	73.426	55.528	433.913	100,0	468.115	100,0
Total em 2016	112.447	89.148	55.864	73.426	55.528	433.913	100,0	468.115	100,0
Total em 2015	129.645	101.969	60.886	103.490	72.125	468.115	100,0	468.115	100,0

	Curso anormal						Total			
							2016		2015	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados	20.509	20.373	19.673	54.034	92.532	273.463	485.584	25,5	586.805	26,6
Financiamentos	87.851	86.400	78.943	217.943	355.641	567.480	1.414.258	74,2	1.612.508	72,9
Subtotal	108.360	106.773	97.616	271.977	448.173	866.943	1.899.842	99,7	2.199.313	99,5
Operações de arrendamento mercantil	487	483	459	1.333	2.191	1.570	6.523	0,3	11.336	0,5
Subtotal	108.847	107.256	98.075	273.310	450.364	868.513	1.906.365	100,0	2.210.649	100,0
Total em 2016	108.847	107.256	98.075	273.310	450.364	868.513	1.906.365	100,0	2.210.649	100,0
Total em 2015	128.265	123.596	118.904	319.711	517.400	1.002.773	2.210.649	100,0	32.916.674	100,0

(1) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										Total			
											2016		2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Operações de crédito														
Empréstimos e títulos descontados	2.981	13.485.960	114.069	98.776	60.232	46.325	34.601	31.071	200.246	14.074.261	47,9	15.599.860	47,4	
Financiamentos	12.627.370	704.763	536.063	476.674	200.044	12.779	91.175	71.419	431.434	15.263.221	51,9	17.212.852	52,3	
Subtotal	12.630.351	14.190.723	650.132	575.450	260.276	170.604	125.776	102.490	631.680	29.337.482	99,8	32.812.712	99,7	
Operações de arrendamento mercantil	42.226	9.899	8.000	3.372	1.224	201	252	415	2.918	68.507	0,2	101.470	0,3	
Subtotal	12.672.577	14.200.622	658.132	578.822	261.500	170.805	126.028	102.905	634.598	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0	
Total em 2016	12.672.577	14.200.622	658.132	578.822	261.500	170.805	126.028	102.905	634.598	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0	
%	43,1	48,3	2,2	2,0	0,9	0,6	0,4	0,3	2,2	100,0				
Total em 2015	60.120	30.066.443	804.269	700.065	290.905	187.321	134.110	108.277	562.672	32.914.182	100,0	32.914.182	100,0	
%	0,2	91,4	2,4	2,1	0,9	0,6	0,4	0,3	1,7					

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Específica				Provisão			
										2016		2015	
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%
AA	-	12.672.577	-	12.672.577	43,1	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	14.200.622	-	14.200.622	48,3	-	-	71.003	4.096	75.099	6,9	150.335	13,4
B	1,0	108.858	549.274	658.132	2,2	348	5.145	1.089	430	7.012	0,6	8.067	0,7
C	3,0	15.983	562.839	578.822	2,0	15.983	1.978	14.307	889	18.253	1,7	21.265	1,9
Subtotal	26.998.040	1.112.113	28.110.153	95,6	2.326	20.052	72.571	5.415	100.364	102.683	9,2	179.667	16,0
D	10,0	17.080	244.420	261.500	0,9	4.084	20.358	1.708	51.172	77.322	7,1	87.126	7,7
E	30,0	9.569	161.236	170.805	0,6	10.341	38.030	2.871	33.925	85.167	7,8	93.566	8,3
F	50,0	7.830	118.198	126.028	0,4	15.001	44.099	3.915	25.132	88.147	8,1	93.810	8,3
G	70,0	4.565	98.340	102.905	0,3	19.517	49.320	3.196	30.820	102.833	9,4	109.223	9,7
H	100,0	28.627	605.971	634.598	2,2	199.994	405.976	28.628	-	634.598	58,4	562.672	50,7
Subtotal	67.671	1.228.165	1.295.836	4,4	248.937	557.783	40.318	141.049					



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas		Participação no capital (%)	Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
Ramo financeiro										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	28.200	55.506	-	28.200	99,9990	4.408	55.506	51.140	4.408	3.465
BMC Asset Management DTM Ltda.	6.120	11.732	-	6.120	99,9990	644	11.732	11.094	644	704
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.200	31.466	127.700	-	100,000	2.014	31.466	29.452	2.014	1.812
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	874.118	1.484.314	1	-	0,027137	87.656	403	454	-	24
Outras atividades										
BF Promotora de Vendas Ltda.	426.220	247.168	-	426.220	99,9999	(54.357)	247.168	301.524	(54.357)	(38.220)
Promosac Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	3.450	86	13.824	-	100,000	(59)	86	145	(59)	(1.216)
Outras Participações	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	(74)	142	-	-
Total de Investimentos							346.741	394.209	(47.400)	(33.304)

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Outros investimentos	553	553
Subtotal	12.769	12.769
Provisão para perdas	(9.612)	(9.612)
Total	3.157	3.157

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	
			2016	2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	16.657	(3.901)	5.849
Sistemas de segurança e comunicações	10%	931	(720)	160
Sistemas de processamento de dados	20%	7.796	(4.230)	3.402
Total em 2016		25.384	(8.851)	16.533
Total em 2015		16.481	(7.070)	9.411

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por software e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2016 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 42.965 mil (2015 - R\$ 31.129 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Depósitos interfinanceiros	1.538.100	6.291.248	6.344.874	18.829.791
Depósitos à vista	-	-	-	32.704.013
Total em 2016	1.538.100	6.291.248	6.344.874	51.533.804
%	4,7	19,2	19,4	56,7
Total em 2015	1.681.751	6.695.996	10.151.134	18.095.963
%	4,6	18,3	27,7	49,4

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	4.543.783	4.468.568
Total	4.543.783	4.468.568

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 394.909 mil (2015 - R\$ 371.971 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento;
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 293.136 mil (2015 - R\$ 288.805 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37.886	125.363	670.766
Atualização monetária	4.298	15.843	50.305
Constituições líquidas de reversões	5.517	212.371	(28.602)
Pagamentos	(8.535)	(202.450)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 16)	39.166	151.127	692.469

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais; e
(2) No exercício de 2016, ocorreram reversões de provisões sendo as mais relevantes: i) Processo de dedutibilidade da TJLP ano base 1996, no montante de R\$ 10.355 mil; ii) Alíquota diferenciada (30% x 8%) "Princípio da Isonomia" no montante de R\$ 6.720; iii) IRPJ ano base 1995 da empresa incorporada BMC no montante de R\$ 6.420 mil; iv) Processo de PIS - EC 17, no montante de R\$ 3.072 mil.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 391.966 mil (2015 - R\$ 395.992 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 15b IV)	692.469	670.766
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 26c)	442.822	390.251
Impostos e contribuições a recolher	49.874	85.307
Total	1.185.165	1.146.324

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para perdas com prestamistas	441.739	403.807
Créditos por antecipação de valor rescisal (Nota 8)	194.480	338.816
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV)	190.293	163.249
Créditos diversos	93.228	297.972
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	87.345	80.603
Total	1.007.145	1.284.447

(1) Inclui despesas de pessoal e administrativas.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2015 - R\$ 7.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.3.2015 aprovou a redução do Capital Social no montante de R\$ 15.000.000 mil, sem cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor de capital próprio da Instituição, que se mostrava excessivo às suas efetivas necessidades.

b) Reserva de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	2.850.750	2.640.501
- Reserva legal (1)	687.777	644.265
- Reserva estatutária (2)	2.162.973	1.996.236

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos Exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	870.249	1.418.070
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(43.512)	(70.904)
Base de cálculo	826.737	1.347.166
Dividendos	419.000	419.000
Juros sobre o capital próprio (1)	660.000	800.000
Imposto de renda retido na fonte	(99.000)	(120.000)
Valor líquido a pagar	561.000	1.099.000
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	67,9%	81,6%
Valor em Reais por lote de mil ações	22,68	44,44

(1) Em Reunião da Diretoria realizada em 30 de novembro de 2016 foi deliberado o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio de R\$ 660.000 mil, o pagamento foi efetuado em 5 de dezembro de 2016.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Tarifa de cadastro	112.325	118.569
Taxa de avaliação/substituição de bem	69.704	58.460
Outras	39	68
Total	182.068	177.097

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	144.650	146.314
Benefícios	98.925	61.017
Encargos sociais	49.670	55.437
Participação dos empregados nos lucros	28.111	25.311
Provisões trabalhistas	9.815	13.505
Treinamento	1.822	3.466
Total	292.993	305.050

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	274.670	317.020
Processamento de dados	123.869	108.480
Custas de processo de cobrança	56.926	20.697
Serviços do sistema financeiro	19.503	19.197
Comunicações	19.499	18.864
Depreciações e amortizações	19.149	18.248
Propaganda, promoções e publicidade	16.594	14.537
Emolumentos judiciais	14.504	33.749
Transportes	12.958	14.518
Viagens	5.013	7.117
Aluguéis	3.199	4.859
Manutenção e conservação de bens	1.379	2.556
Contribuições filantrópicas	19	2.306
Outras	22.078	25.421
Total	589.660	607.569

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	171.409	204.600
Contribuição ao PIS	27.854	33.248
Imposto sobre serviços	2.845	7.703
Outras (1)	7.032	40.958
Total	208.940	286.509

(1) Em 2015, inclui R\$ 37.320 mil de pagamento IPVA dívida ativa.

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Atualizações monetárias ativas	301.180	268.953
Recuperação de encargos e despesas	47.204	24.288
Rendas sobre portabilidade	35.767	34.162
Reversão de provisões fiscais	25.309	35.472
Reversão de provisões operacionais	15.797	2.004
Reversão de provisões cíveis	2.496	2.947
Outras	26.982	52.049
Total	454.735	420.575

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Comissões e serviços de intermediação de crédito	823.141	1.164.782
Provisão para perdas com prestamistas	289.529	356.410
Provisões cíveis	230.710	240.593
Busca e apreensão de veículos	82.455	77.091
Atualizações monetárias passivas	53.585	74.904
Perdas por fraudes em operações de consignado	37.707	53.148
Outras	169.847	202.559
Total	1.686.974	2.169.085

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro -	
--	---------------------------------------	--

...continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

- e) Em 2 de janeiro de 2017, a Instituição realizou cessão de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 1.955.173 mil, recebendo pela cessão o valor de R\$ 9.789 mil.
- f) Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31 V e 8I. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

A EMPRESA FOI A SUA PRIORIDADE NÚMERO UM EM 2016?

DIVULGUE SEUS RESULTADOS EM UM JORNAL DE PRESTÍGIO. DIVULGUE NO VALOR.



Valor Econômico

91% dos assinantes são investidores

65% dos assinantes possuem cargo de decisão



Só o Valor disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.

Deixe que mais de **3,4 milhões** de leitores, muito bem qualificados, vejam os números da sua empresa.

Uma oportunidade de gerar negócios, atrair investidores e fazer sua empresa crescer ainda mais.

11 3767.1323 - São Paulo
61 3717.1331 - Brasília
21 3521.1415 - Rio de Janeiro

valor.com.br/
comunicacaocominvestidores

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte,

totalizando 11.669 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 797 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No exercício, o lucro líquido foi de R\$ 870,2 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 9.861 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2016	2015	2016	2015
ATIVO				
CIRCULANTE	23.121.089	25.948.980	15.116.977	19.752.945
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	99	650	14.174.222	18.528.881
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	8.672.296	9.027.451	14.174.222	18.528.826
Aplicações no Mercado Aberto	70.870	348.550	-	55
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.601.426	8.678.901	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	90.987	79.380	98.626	-
Carteira Própria	10.800	9.545	844.129	1.224.064
Vinculados à Prestação de Garantias	80.197	69.835	11.970	11.197
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.865	879.663	-	62.850
Créditos Vinculados (Nota 7)	16.811	879.609	65.146	115.164
Correspondentes	54	54	167.013	1.034.853
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	13.061.096	14.730.259	19.889.942	19.376.737
Operações de Crédito - Setor Privado	13.758.715	15.456.157	18.529.791	18.095.983
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(697.619)	(725.898)	18.529.791	18.095.983
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(2.836)	(4.153)	1.360.151	1.280.754
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.001	16.000	1.120.019	1.031.160
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(14.849)	(15.759)	240.132	249.594
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(2.988)	(4.394)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	1.013.560	806.441	-	-
Rendas a Receber	83	60	-	-
Diversos (Nota 9)	1.013.477	806.381	-	-
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	269.012	429.289	325.471	387.128
Outros Valores e Bens	189.088	223.892	-	-
Provisões para Desvalorizações	(100.434)	(126.087)	-	-
Despesas Antecipadas	180.348	331.484	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21.400.243	22.340.763	-	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.015.090	9	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.015.090	9	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218	-	(229)
Carteira Própria	218	218	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.192.310	16.963.543	-	-
Operações de Crédito - Setor Privado	15.578.767	17.356.555	-	-
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(386.457)	(393.012)	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(965)	(1.148)	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	8.117	8.900	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(7.695)	(8.288)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.387)	(1.760)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	4.951.239	4.915.817	-	-
Diversos (Nota 9)	4.951.239	4.915.817	-	-
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	242.351	462.324	-	-
Despesas Antecipadas	242.351	462.324	-	-
PERMANENTE	671.808	877.339	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 11)	349.898	397.366	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	346.338	393.755	-	-
- No Exterior	403	454	-	-
Outros Investimentos	12.769	12.769	-	-
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	16.533	9.411	-	-
Outras Imobilizações de Uso	16.533	9.411	-	-
Depreciações Acumuladas	(8.651)	(7.070)	-	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	262.412	439.433	-	-
Bens Arrendados	315.970	602.959	-	-
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(53.558)	(163.526)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 13)	42.965	31.129	-	-
Ativos Intangíveis	100.327	96.367	-	-
Amortizações Acumuladas	(57.362)	(65.238)	-	-
TOTAL	45.193.140	49.167.082	45.193.140	49.167.082

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Exercícios findos em		Ajuste de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados			Totais	
	2º Semestre 2016	31 de dezembro 2016	2016	2015	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Próprias	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.390.178	8.924.865	9.997.927	9.997.927	7.010.000	658.686	2.267.502	-	-	9.936.188
Operações de Crédito (Nota 8h)	3.498.428	7.088.354	7.597.947	7.597.947	-	-	-	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	117.956	251.924	518.890	518.890	-	-	-	-	581.822	581.822
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	729.735	1.479.647	1.770.926	1.770.926	-	29.091	(104.529)	-	75.438	-
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	44.059	104.940	110.164	110.164	-	-	-	-	(660.000)	(660.000)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.715.899	5.526.964	5.638.770	5.638.770	-	-	-	-	-	-
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.206.087	4.543.783	4.468.568	4.468.568	-	-	-	-	2.740	2.740
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	105.293	222.374	450.219	450.219	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8f)	404.519	760.807	719.983	719.983	-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.674.279	3.397.901	4.359.157	4.359.157	7.010.000	687.777	2.162.973	(229)	-	9.860.750
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.069.251)	(2.189.164)	(2.803.845)	(2.803.845)	22.010.000	573.361	1.868.070	(229)	-	24.451.202
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	100.092	182.068	177.097	177.097	(15.000.000)	-	-	-	-	(15.000.000)
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(161.760)	(292.993)	(305.050)	(305.050)	-	70.904	128.166	-	1.418.070	1.418.070
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(314.226)	(589.660)	(607.569)	(607.569)	-	-	-	-	(800.000)	(800.000)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(104.179)	(208.940)	(286.509)	(286.509)	-	-	-	-	(419.000)	(419.000)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(28.055)	(47.400)	(33.304)	(33.304)	-	-	-	229	-	229
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	239.965	454.735	420.575	420.575	-	-	-	-	870.249	870.249
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(801.088)	(1.686.974)	(2.169.085)	(2.169.085)	-	43.512	166.737	-	(210.249)	-
RESULTADO OPERACIONAL	605.028	1.208.737	1.555.312	1.555.312	7.010.000	644.265	1.996.236	(229)	-	9.650.272
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(34.866)	(80.723)	(102.892)	(102.892)	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	570.162	1.128.014	1.452.420	1.452.420	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	11.660	(257.765)	(34.350)	(34.350)	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	207.514	(42.129)	(166.397)	(166.397)	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	162.466	(33.612)	(126.763)	(126.763)	-	-	-	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	(358.320)	(182.024)	258.810	258.810	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO	581.822	870.249	1.418.070	1.418.070	7.010.000	687.777	2.162.973	-	-	9.860.750
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835	24.730.835	-	-	-	-	-	-
Lucro por lote de mil ações em R\$	23,53	35,19	57,34	57,34	-	-	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	Exercícios findos em		Ajuste de Avaliação Patrimonial	
	2º Semestre 2016	31 de dezembro 2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	570.162	1.128.014	1.452.420	1.452.420
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:				
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	404.519	760.807	719.983	719.983
Depreciações e Amortizações	36.553	75.333	99.486	99.486
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	126.999	263.024	242.543	242.543
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	33.743	73.159	105.166	105.166
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	28.055	47.400	33.304	33.304
Insuficiência de Depreciação	68.333	146.483	337.572	337.572
Provisão para Perdas com Prestamistas	134.470	289.529	386.972	386.972
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.402.834	2.783.749	3.777.446	3.777.446
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.476.910	(1.816.503)	17.075.409	17.075.409
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.344)	(11.388)	19.164	19.164
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.053.573	1.072.525	(43)	(43)
Aumento/(Redução) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	973.901	862.799	(118.387)	(118.387)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	1.109.621	2.729.711	3.460.912	3.460.912
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(275.578)	(169.088)	226.073	226.073
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(14.868)	(25.646)	(30.729)	(30.729)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(4.798.182)	(3.920.851)	(6.012.424)	(6.012.424)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(179.860)	(705.619)	(899.948)	(899.948)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(41.845)	(61.657)	125.669	125.669
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(192.027)	(322.211)	(640.062)	(640.062)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	509.135	415.821	16.583.080	16.583.080
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Imobilizado de Uso	7	391	794	794
Aquisição de Imobilizado de Uso	(9.128)	(10.513)	(4.469)	(4.469)
Aquisição de Intangível	(20.655)	(27.984)	(15.056)	(15.056)
Aumento de Capital em Investida	-	-	(200)	(200)
Dividendos Recebidos	-	57	42	42
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(29.776)	(38.049)	(18.889)	(18.889)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(561.000)	(561.000)	(1.308.150)	(1.308.150)
Redução de Capital	-	-	(15.000.000)	(15.000.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(561.000)	(561.000)	(16.308.150)	(16.308.150)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(81.641)	(183.228)	256.041	256.041
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	247.613	349.200	93.159	93.159
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	165.972	165.972	349.200	349.200
Aumento/(

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Mas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento. (Nota 8i)

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

Em 2015 o Bradesco Financiamentos optou pela faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/14, para ativação das comissões pagas pela origemação das operações de crédito aos correspondentes bancários, que deverá ser integralmente amortizada de forma linear, pelo prazo de 36 meses. Para a origemação ocorrida no ano de 2015 serão ativadas 2/3 do valor dessas comissões, para 2016 a ativação será de 1/3 do valor das comissões e a partir de 2017, a remuneração mencionada será integralmente reconhecida como despesa.

Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não foram impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por software, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação ao outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros
Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional 21 563
Aplicações em ouro 78 87
Total de disponibilidades (caixa) 99 650
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) 165.873 348.550
Total caixa e equivalentes de caixa 165.972 349.200

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2016	2015			
1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
2016	2015	2016	2015	2016	2015

Aplicações no mercado aberto:
Posição Bancada
- Notas do Tesouro Nacional - - - - 348.550
- Letras do Tesouro Nacional 70.870 - - - - 70.870 -
Aplicações em depósitos interfinanceiros
- Aplicações em depósitos interfinanceiros 112.990 1.078.192 7.410.244 1.015.090 9.616.516 8.678.910
Total em 2016 183.860 1.078.192 7.410.244 1.015.090 9.687.386
% 1,9 11,1 76,5 10,5 100,0
Total em 2015 354.711 22.137 8.650.603 9 9.027.460
% 3,9 0,3 95,8 - - 100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez: <ul style="list-style-type: none"> - Rendas de aplicações em operações comprometidas - Posição bancada 42.428 27.088 - Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros 1.426.135 1.734.262 	1.468.563	1.761.350

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2016	2015					
1 a 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

Títulos públicos
Letras financeiras do tesouro - 3.149 77.048 80.197 80.325 (128) 69.835 (12)
Títulos privados
Cotas de fundos de investimentos renda fixa .. 10.800 - - 10.800 10.800 - 9.545 -
Outros - - 218 218 218 - 218 (382)
Total em 2016 10.800 3.149 77.266 91.215 91.343 (128) 79.598 (394)
Total em 2015 9.545 - 70.053 - - - -

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2016	2015					
1 a 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

Títulos para negociação (1)
Letras financeiras do tesouro - 3.149 77.048 80.197 80.325 (128) 69.835 (12)
Cotas de fundos de investimentos renda fixa .. 10.800 - - 10.800 10.800 - 9.545 -
Títulos disponíveis para venda (3)
Outros - - 218 218 218 - 218 (382)
Total em 2016 10.800 3.149 77.266 91.215 91.343 (128) 79.598 (394)
Total em 2015 9.545 - 70.053 - - - -

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi baixado o valor de R\$ 382 mil (2015 - não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda).

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Até 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Carteira própria 10.800 - 218 11.018 9.763					
Títulos de renda fixa 10.800 - 218 11.018 9.763					
Cotas de fundos de investimento renda fixa 10.800 - - 10.800 9.545					
Outros - - 218 218 218					
Títulos vinculados - 3.149 77.048 80.197 69.835					
A prestação de garantias - 3.149 77.048 80.197 69.835					
Letras financeiras do tesouro - 3.149 77.048 80.197 69.835					
Total em 2016 10.800 3.149 77.266 91.215 91.343 (128) 79.598 (394)					
Total em 2015 9.545 - 70.053 - - - -					

d) Instrumentos financeiros derivativos
O Bradesco Financiamentos não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

e) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b) 1.468.563 1.761.350		
Títulos de renda fixa 11.084 9.576		
Total 1.479.647 1.770.926		

7) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

a) Créditos vinculados
Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 16.811 mil (2015 - R\$ 879.609 mil) refere-se ao Depósito Compulsório sobre Recursos a Prazo depositado no BACEN.

b) Resultado das aplicações compulsórias
A receita das aplicações compulsórias em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 104.940 mil (2015 - R\$ 110.164 mil) e está apresentada na Demonstração do Resultado em "Resultado das Aplicações Compulsórias".

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal					Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
Empréstimos e títulos descontados 491.422 478.380 447.944 1.294.363 2.275.562 8.504.004 13.491.675 49,9 14.909.296 49,3									
Financiamentos 786.475 741.297 680.152 1.918.057 3.180.020 6.207.820 13.513.821 49,9 15.239.006 50,4									
Subtotal 1.277.897 1.219.677 1.128.096 3.212.420 5.455.582 14.711.824 27.005.496 99,8 30.148.302 99,7									
Operações de arrendamento mercantil 3.980 3.510 3.165 8.819 15.379 25.362 60.215 0,2 87.116 0,3									
Total das operações de crédito 1.281.877 1.223.187 1.131.261 3.221.239 5.470.961 14.737.186 27.065.711 100,0 30.235.418 100,0									
Avais e fianças (1) - - - - 2.653 2.653 - 2,492 -									
Total em 2016 1.281.877 1.223.187 1.131.261 3.221.239 5.470.961 14.739.839 27.068.364 100,0 30.237.910 100,0									
Total em 2015 1.401.183 1.351.699 1.318.857 3.628.238 6.139.028 16.398.905									

	Curso anormal					Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados 21.604 17.216 12.818 26.457 18.907 97.002 22,4 103.759 22,2							
Financiamentos 90.285 71.006 42.827 74.636 56.388 335.142 77,2 361.338 77,2							
Subtotal 111.889 88.222 55.645 101.093 75.295 432.144 99,6 465.097 99,4							
Operações de arrendamento mercantil 558 426 219 333 233 1.769 0,4 3.018 0,6							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Curso anormal					Total				Total geral				
	Parcelas vencidas		Acima de 360 dias			2016		2015		2016		2015		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	(C)	%	(C)	%	(A + B + C)	%	(A + B + C)	%	
Operações de crédito														
Empréstimos e títulos descontados.....	20.509	20.373	18.673	54.034	92.532	279.463	485.584	25,5	586.805	26,6	14.074.261	47,9	15.599.860	47,4
Financiamentos.....	87.851	86.400	78.943	217.943	355.641	587.480	1.414.258	74,2	1.612.508	72,9	15.263.221	51,9	17.212.852	52,3
Subtotal	108.360	106.773	97.616	448.173	448.173	866.943	1.899.842	99,7	2.199.313	99,5	29.337.482	99,8	32.812.712	99,7
Operações de arrendamento mercantil.....	487	483	459	1.333	2.191	1.570	6.523	0,3	11.336	0,5	68.507	0,2	101.470	0,3
Total das operações de crédito	108.847	107.256	98.075	273.310	450.364	868.513	1.906.365	100,0	2.210.649	100,0	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.653	-	2.492	-
Total em 2016	108.847	107.256	98.075	273.310	450.364	868.513	1.906.365	100,0	-	-	29.408.642	100,0	32.914.182	100,0
Total em 2015	128.265	123.596	118.904	319.711	517.400	1.002.773	-	-	2.210.649	100,0	-	-	32.916.674	100,0

(1) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Nível de risco										2016		2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
	Operações de crédito													
Empréstimos e títulos descontados.....	2.981	13.485.960	114.069	98.776	60.232	46.325	34.601	31.071	200.246	14.074.261	47,9	15.599.860	47,4	
Financiamentos.....	12.627.370	704.763	536.063	476.674	200.044	124.279	91.175	71.419	431.434	15.263.221	51,9	17.212.852	52,3	
Subtotal	12.630.351	14.190.723	650.132	575.450	260.276	170.604	125.776	102.490	631.680	29.337.482	99,8	32.812.712	99,7	
Operações de arrendamento mercantil.....	42.226	9.899	8.000	3.372	1.224	201	252	415	2.918	68.507	0,2	101.470	0,3	
Subtotal	12.672.577	14.200.622	658.132	578.822	261.500	170.805	126.028	102.905	634.598	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0	
Total em 2016	12.672.577	14.200.622	658.132	578.822	261.500	170.805	126.028	102.905	634.598	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0	
%.....	43,1	48,3	2,2	2,0	0,9	0,6	0,4	0,3	2,2		100,0			
Total em 2015	60.120	30.066.443	804.269	700.065	290.905	187.321	134.110	108.277	562.672	-	-	32.914.182	100,0	
%.....	0,2	91,4	2,4	2,1	0,9	0,6	0,4	0,3	1,7				100,0	

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão				2016		2015	
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%
		AA.....	-	12.672.577	-	12.672.577	43,1	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	14.200.622	-	14.200.622	48,3	-	-	71.003	4.096	75.099	6,9	150.335	13,4
B.....	1,0	108.858	549.274	658.132	2,2	348	5.145	1.089	430	7.012	0,6	8.067	0,7
C.....	3,0	15.983	562.839	578.822	2,0	1.978	14.907	479	889	18.253	1,7	21.265	1,9
Subtotal		26.998.040	1.112.113	28.110.153	95,6	2.326	20.052	72.571	5.415	100.364	9,2	179.667	16,0
D.....	10,0	17.080	244.420	261.500	0,9	4.084	20.358	1.708	51.172	77.322	7,1	87.126	7,7
E.....	30,0	9.569	161.236	170.805	0,6	10.341	38.030	2.871	33.925	85.167	7,8	93.566	8,3
F.....	50,0	7.830	118.198	126.028	0,4	15.001	44.099	3.915	25.132	88.147	8,1	93.810	8,3
G.....	70,0	4.565	98.340	102.905	0,3	19.517	49.320	3.196	30.820	102.853	9,4	108.223	9,7
H.....	100,0	28.627	605.971	634.598	2,2	199.994	405.976	28.628	634.598	58,4	562.672	50,0	
Subtotal		67.671	1.228.165	1.295.836	4,4	248.937	557.783	40.318	141.049	988.087	90,8	945.397	84,0
Total em 2016		27.065.711	2.340.278	29.405.989		251.263	577.835	112.889	146.464	1.088.451		1.125.064	
%.....		92,0	8,0	100,0		23,1	53,1	10,4	13,4	100,0			
Total em 2015		30.235.418	2.678.764	32.914.182		246.686	563.956	159.543	154.879	-		1.125.064	
%.....		91,9	8,1	100,0		21,9	50,1	14,2	13,8	-			

d) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2016		2015	
	2016	%	2015	%
Maior devedor.....	8.705	-	8.778	-
Dez maiores devedores.....	41.789	0,1	42.715	0,1
Vinte maiores devedores.....	68.060	0,2	64.160	0,2
Quarenta maiores devedores.....	117.945	0,4	102.830	0,3
Cem maiores devedores.....	172.003	0,6	144.890	0,4

e) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2016		2015	
	2016	%	2015	%
Setor Privado	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0
Indústria.....	101.666	0,3	127.441	0,4
Comércio.....	358.357	1,2	390.332	1,2
Intermediário financeiro.....	26	-	16	-
Serviços.....	587.950	2,0	664.592	2,0
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	19.224	0,1	21.088	0,1
Pessoas físicas.....	28.338.766	96,4	31.710.713	96,3
Total	29.405.989	100,0	32.914.182	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2016		2015	
	2016	%	2015	%
Saldo inicial.....	1.125.064	-	1.094.673	-
Constituição líquida de reversão.....	760.807	-	719.983	-
Baixas para prejuízo.....	(797.420)	-	(689.592)	-
Saldo final	1.088.451		1.125.064	
- Provisão específica (1).....	829.098		810.642	
- Provisão genérica (2).....	112.889		159.543	
- Provisão excedente (3).....	146.464		154.879	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	242.376		294.776	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 8c); e
(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

g) Movimentação da carteira de renegociação

Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil

	2016		2015	
	2016	%	2015	%
Saldo Inicial.....	33.346	-	63.640	-
Renegociação.....	106.740	-	8.132	-
Recebimentos.....	(5.138)	-	(10.891)	-
Baixas.....	(23.429)	-	(27.538)	-
Saldo final	111.519		33.346	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	77.824		19.117	
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	69,8%		57,3%	

h) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	2016		2015	
	2016	%	2015	%
Empréstimos e títulos descontados.....	3.594.267	-	3.737.348	-
Financiamentos.....	3.251.711	-	3.565.823	-
Subtotal	6.845.978		7.303.171	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	242.376		294.776	
Subtotal	7.088.354		7.597.947	
Arrendamento mercantil, líquido de despesas.....	29.550		68.671	
Total	7.117.904		7.666.618	

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
			Ramo financeiro							
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	28.200	55.506	-	28.200	99,990	4.408	55.506	51.140	4.408	3.465
BMC Asset Management DTVM Ltda.	6.120	11.732	-	6.120	99,990	644	11.732	11.094	644	704
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	15.200	31.466	127.700	-	100,000	2.014	31.446	29.452	2.014	1.812
Banco Bradesco Europa S.A. (1).....	874.118	1.484.314	1	-	0,027137	87.656	403	454	24	9
Outras atividades										
BF Promotora de Vendas Ltda.	426.220	247.168	-	426.220	99,999	(54.357)	247.168	301.524	(54.357)	(38.220)
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros..	3.450	86	13.824	-	100,000	(59)	86			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 394.909 mil (2015 - R\$ 371.971 mil); pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento; e
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 293.136 mil (2015 - R\$ 268.805 mil); Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37.886	125.363	670.766
Atualização monetária.....	4.298	15.843	50.305
Constituições líquidas de reversões.....	5.517	212.371	(28.602)
Pagamentos.....	(8.535)	(202.450)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 16)	39.166	151.127	692.469

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais; e
 (2) No exercício de 2016, ocorreram reversões de provisões sendo as mais relevantes: i) Processo de dedutibilidade da TJLP ano base 1996, no montante de R\$ 10.355 mil; ii) Alíquota diferenciada (30% x 8%) "Princípio da Isonomia" no montante de R\$ 6.720; iii) IRPJ ano base 1995 da empresa incorporada BMC no montante de R\$ 6.420 mil; iv) Processo de PIS - EC 17, no montante de R\$ 3.072 mil.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é: Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ação na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 391.966 mil (2015 - R\$ 356.992 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 15b IV)	692.469	670.766
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	442.822	390.251
Impostos e contribuições a recolher.....	49.874	85.307
Total	1.185.165	1.146.324

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para perdas com prestamistas	441.799	403.807
Cretores por antecipação de valor residual (Nota 8i)	194.480	338.816
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV)	190.293	163.249
Cretores diversos	93.228	297.972
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	87.345	80.603
Total	1.007.145	1.284.447

(1) Inclui despesas de pessoal e administrativas.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2015 - R\$ 7.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas- escriturais, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.3.2015 aprovou a redução do Capital Social no montante de R\$ 15.000.000 mil, sem cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor de capital próprio da Instituição, que se mostrava excessivo às suas efetivas necessidades.

b) Reserva de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	2.850.750	2.640.501
- Reserva legal (1)	687.777	644.265
- Reserva estatutária (2)	2.162.973	1.996.236

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos Exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido.....	870.249	1.418.070
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(43.512)	(70.904)
Base de cálculo	826.737	1.347.166
Dividendos.....	-	419.000
Juros sobre o capital próprio (1).....	660.000	800.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(99.000)	(120.000)
Valor líquido a pagar	561.000	1.099.000
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	67,9%	81,6%
Valor em Reais por lote de mil ações	22,68	44,44

(1) Em Reunião da Diretoria realizada em 30 de novembro de 2016 foi deliberado o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio de R\$ 660.000 mil, o pagamento foi efetuado em 5 de dezembro de 2016.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Tarifa de cadastro	112.325	118.569
Taxa de avaliação/substituição de bem	69.704	58.460
Outras.....	39	68
Total	182.068	177.097

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	144.650	146.314
Benefícios.....	58.925	61.017
Encargos sociais	49.670	55.437
Participação dos empregados nos lucros.....	28.111	25.311
Provisões trabalhistas	9.915	13.505
Treinamento.....	1.822	3.466
Total	292.993	305.050

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros.....	274.670	317.020
Processamento de dados.....	123.869	108.480
Custas de processo de cobrança.....	56.926	20.697
Serviços do sistema financeiro.....	19.503	19.197
Comunicações.....	19.499	18.864
Depreciações e amortizações.....	19.149	18.248
Propaganda, promoções e publicidade.....	16.594	14.537
Emolumentos judiciais.....	14.604	33.749
Transportes.....	12.958	14.518
Viagens.....	5.013	7.117
Aluguéis.....	3.199	4.859
Manutenção e conservação de bens.....	1.579	2.556
Contribuições filantrópicas	19	2.306
Outras.....	22.078	25.421
Total	589.660	607.569

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS.....	171.409	204.600
Contribuição ao PIS.....	27.854	33.248
Imposto sobre serviços - ISS	2.645	7.703
Outras (1)	7.032	40.958
Total	208.940	286.509

(1) Em 2015, inclui R\$ 37.320 mil de pagamento IPVA dívida ativa.

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Atualizações monetárias ativas.....	301.180	268.953
Recuperação de encargos e despesas.....	47.204	24.288
Rendas sobre portabilidade.....	35.767	34.162
Reversão de provisões fiscais.....	25.309	35.472
Reversão de provisões operacionais.....	15.797	2.704
Reversão de provisões cíveis.....	2.496	2.947
Outras.....	26.982	52.049
Total	454.735	420.575

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Comissões e serviços de intermediação de crédito.....	823.141	1.164.782
Provisão para perdas com prestamistas	289.529	356.410
Provisões cíveis.....	230.710	240.593
Busca e apreensão de veículos	82.455	77.091
Atualizações monetárias passivas	53.585	74.904
Perdas por fraudes em operações de consignado	37.707	53.146
Outras.....	169.847	202.159
Total	1.686.974	2.169.085

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na alienação de valores e bens.....	(7.564)	2.302
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(73.159)	(105.166)
Outras despesas não operacionais.....	-	(28)
Total	(80.723)	(102.892)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Controlador		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015	Coligadas e Controladas	2016
Ativos				
Aplicações no mercado aberto.....	70.870	348.550	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.616.516	8.678.910	-	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber.....	-	-	67	57
Passivos				
Depósitos interfinanceiros.....	32.704.013	32.981.035	-	3.643.774
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber.....	-	62.850	-	-

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Recobras de intermediação financeira	1.468.563	1.761.350
Despesas de intermediação financeira	(4.142.413)	(3.957.287)
Outras despesas.....	-	(401.370)
Total	(2.673.850)	(1.597.267)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.800 mil (2015 - R\$ 3.600 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.800 mil (2015 - R\$ 3.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	1.672	3.459
Contribuição ao INSS.....	376	778
Total	2.048	4.237

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	945	3.465
Total	945	3.465

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.128.014	1.452.420
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(507.606)	(653.589)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	(21.330)	(14.966)
Despesas e provisões indutivas líquidas de receitas não tributáveis	(1.199)	(7.428)
Crédito Tributário líquido do passivo diferido (2).....	297.000	182.997
Juros sobre o capital próprio pago	(24.630)	98.656
Outros valores (3).....	(257.765)	(34.350)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(418.430)	(426.720)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
- (2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e
- (3) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(75.740)	(293.041)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(191.	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

- Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:
- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);

- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 2 de janeiro de 2017, a Instituição realizou cessão de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 1.955.173 mil, recebendo pela cessão o valor de R\$ 9.789 mil.

f) Não houve outros eventos subsequentes, que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31 V e 8i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ARTERIS S.A.	2
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	10

Certificação Digital.
Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.

Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.

Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.

Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

www.imprensaoficial.com.br